



ATA Nº 10

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sociedade União Popular, freguesia da Ribeira Seca, reuniu-se em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal da Calheta, sob a Presidência de Dário Bemardo do Nascimento, pertencente ao Grupo de Cidadãos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA), sendo secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade Orgânica dos Recursos Humanos, da Câmara Municipal da Calheta, Norberto Manuel Vieira da Mota. _____

O senhor Presidente da Assembleia chamou para a Mesa, a fim de ocupar o lugar da 2.ª Secretária, o deputado municipal Hélder Manuel Matos Chaveiro Martins, pertencente ao Grupo de Cidadãos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA). _____

De imediato este deputado municipal procedeu á chamada, tendo faltado justificadamente a deputada municipal Lisandra de Lurdes Alves pertencente ao Grupo de Cidadãos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA), a qual foi substituída de acordo com o artigo décimo oitavo do Regimento, pelo deputado municipal Luís Alberto da Silva Paiva, já instalado e o deputado municipal Arlindo Manuel Teixeira do Partido Socialista-P.S., convocado para substituir o deputado municipal Rogério Paulo Lopes Soares Veiros, o qual tinha pedido a sua substituição.

Estando presentes a maioria dos deputados, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

De seguida chamou tendo sido previamente convocado, a fim de ser verificada a identidade e a legitimidade, de acordo com o número um do artigo quadragésimo sétimo, em conjugação com o número um do artigo septuagésimo nono da lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro,

alterada pela lei número cinco traço A, barra dois mil e dois de onze de janeiro, o membro Paulo Luís de Sousa Neves, a fim de substituir o deputado municipal Arlindo Teixeira, o qual não se encontrava na sala. _____

O senhor Presidente da Assembleia depois agradeceu ao público presente, à Direção da Sociedade União Popular as magníficas instalações e que desde a primeira hora foram muito prestáveis, agradecer na sua pessoa, a sua Presidente Ana Silveira e a todos os Ribeira Sequenses, que ajudaram no que foi preciso. _____

De imediato o mesmo pôs a discussão e a votação a ata número zero nove, da Sessão Ordinária do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, previamente distribuída com a Ordem do Dia desta Sessão. _____

Não tendo havido intervenções foi posta a votação. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais José Leodegário de Sousa Oliveira (P.S.D.) e Luís Paiva, por não terem estado presentes. _____

O senhor Presidente da Assembleia de imediato disse que a falta à Sessão anterior, do deputado municipal José Leodegário Oliveira, foi aceite pela Mesa a sua justificação. _____

O deputado municipal Hélder Martins deu conhecimento de correspondência recebida e assunto, de acordo com os registos de que ere possuidor, a qual fica à disposição dos membros da Assembleia se a quiserem consultar. _____

De seguida passou-se à fase da apresentação de votos, e de propostas tendo todos sido apresentados pela bancada do Partido Social Democrata PPD/PSD, os quais ficam arquivados nos documentos desta sessão, a fim de poderem ser consultados. _____

O deputado municipal Henrique Manuel Carvalho (P.S.D.) leu uma **PROPOSTA**, a qual diz que considerando a particularidade de ocupação do solo na orla costeira da ilha, largamente pelas fajãs, que foram engenhosamente adaptadas às necessidades de uma época, realçando o uso do fio pera deslocação de vegetação para alimentação dos animais, ou de lenha que dia e noite aquecia a alma de um



povo que vivia cada dia para conquistar o próximo. Considerando que muitos imóveis construídos como segunda casa nessas fajãs eram participados às finanças como prédios rústicos, porque o dízimo era um pesadelo que recaía sobre as famílias, numa época em que não havia dinheiro e em que as trocas de bens era a moeda mais comum. Considerando que muitas dessas casas hoje podem ter uma função adaptada para o apoio ao turismo e a que se podem candidatar a apoios ou porqua simplesmente se pretende legalizar o imóvel, muitas vezes centenário. Considerando que a entrada em vigor da legislação que tutela o domínio público marítimo é exigente, para que sejam reconhecidos direitos adquiridos aos particulares. Considerando que o número sete da lei número cinquenta e quatro barra dois mil e cinco de quinze de novembro, foi alterada e diz que “ Nas Regiões Autónomas, se a margem atingir uma estrada regional ou municipal existente, a sua largura só se estende até essa via”. Considerando que só temos cinco estradas municipais classificadas, provisoriamente por decreto de mil, novecentos setenta e quatro e definitivo por decreto de mil, novecentos setenta e seis, sendo três nas Velas e duas na Calheta, ainda que a aplicar a classificação prevista no Estatuto das Vias de Comunicação Terrestres da Região Autónoma dos Açores, o número de estradas municipais, propriamente dito, será reduzido próximo do zero. Terminam acrescentando que nos termos do Regimento Municipal, propõem que a Assembleia Municipal, apresente ao Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, proposta para que interceda junto da Assembleia da República, no sentido de alterar o ponto sete, atrás referido, de forma a incluir, também os caminhos municipais, pelo menos os já classificados, o que desde já resolveria um conjunto de situações e reponha, comparativamente a outras realidades, uma equivalência de gestão territorial e sobretudo contribuiria para legalizar casas centenárias sobretudo nas fajãs. _____

Não tendo havido discussão, passou-se à votação. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. _____

O deputado municipal Duarte Manuel Bettencourt da Silveira (P.S.D.) leu, um **VOTO DE LOUVOR**, o qual diz que considerando que mais uma vez a Indústria conserveira de Santa Catarina, apresenta produtos da qualidade justamente reconhecidos e galardoados. Considerando a oportunidade desta premiação, que fica como o corolário do trabalho de gestão, neste momento de partida do Dr. António José de Almeida. Terminam dizendo que nos termos do Regimento Municipal propõem a aprovação de um voto de Louvor ao cidadão e ao gestor Dr. António José de Almeida, pessoa que além do profissional sempre foi um cidadão participativo e atanto que deixa um vazio de saudade e de contributos difíceis de igualar na nossa sociedade. Acrescentam que deve ser comunicado ao próprio, aos funcionários e administração da Santa Catarina este voto. _____

O deputado municipal Manuel Gil Berquó Ávila (P.S.D.) deu a boa noite disse que este voto fala de uma pessoa que contribuiu não só no seu emprego, na gestão de Santa Catarina, mas também na parte cultural que fez ao longo do tempo que teve na Calheta fez sempre coisas muito engraçadas. Que a sua substituição não venha com carácter político, a que venha dar continuação ao bom caminho, que a Santa Catarina vinha tomando. Que o novo administrador ou administradora tenha mais sorte e que o Governo consolide as suas contas, para não haver problemas de tesouraria e financeiros. _____

O deputado municipal João Gabriel Santos (P.S.), deu a boa noite e disse congratular-se com a Mesa ter escolhido fazer uma Assembleia nesta freguesia, é uma iniciativa importante e também para a freguesia conhecer o nosso trabalho. Concordamos com o voto, Santa Catarina é uma empresa relativamente pequena, para um concelho pequeno e tem dado muito emprego, tem um nicho de mercado bastante saudável e o senhor José de Almeida teve um papel muito importante, assim como a sua equipa. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. _____

O deputado municipal José Leodegário Oliveira leu, um **VOTO DE LOUVOR**, no qual diz que considerando o fim das quotas leiteiras e a importância da valorizarmos o que é nosso. Considerando a importância que tem a agropecuária



para a economia da Calheta. Considerando que devemos todos, empenhar-nos na divulgação positiva daquilo que é nosso e que pode contribuir para o desenvolvimento da nossa terra. Considerando as recentes notícias que projetam a qualidade do leite produzido na ilha de São Jorge como o melhor da Europa. Terminam dizendo que nos termos do Regimento Municipal propõem a aprovação de um voto de Louvor a todos os produtores de leite e dirigentes, que do fruto do seu trabalho veem reconhecido este produto como o melhor da europa. Votos de que este, também, seja um presságio de verem o produto do seu labor como dos mais bem pagos da europa. Acrescentam que este voto deve ser comunicado a todas as cooperativas Finisterra, Lourais, Norte Pequeno e Beira. _____

Não tendo havido discussão, passou-se à votação. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. _____

O deputado municipal António João Viegas de Sousa (P.S.D.), Presidente da Junta de Freguesia da Calheta leu, um **VOTO DE LOUVOR**, no qual diz que considerando a nossa realidade de pequeno Concelho. Considerando que apresenta um dos maiores indicadores de desertificação dos Açores entre os últimos dois censos. Considerando a dispersidade geográfica da nossa população que na prática origina duas zonas distintas de concentração, separadas por uma serra que muitas vezes é difícil de atravessar pelos nevoeiros densos e falta de sinalização apropriada. Considerando as limitações financeiras do município e das juntas de freguesia que impossibilitam apoios apropriados ao esforço dos corpos gerentes que se preocupam em facultar a prática desportiva aos nossos filhos. Considerando a tradição que durante muitos anos fez do voleibol uma modalidade de referência dos jorgenses. Considerando que o Clube Desportivo Escolar do Topo no escalão de seniores femininos sagrou-se campeão regional. Considerando que o Futebol Clube da Calheta no escalão de seniores masculinos sagrou-se campeão regional. Terminam dizendo que nos termos do Regimento Municipal propõem a aprovação de um voto de Louvor ao CDET e ao FCC tanto pelo prestígio que trazem ao Concelho da Calheta como, também, pela vida, que a sua participação no regional de voleibol,

vem dar ao Concelho e que não deixará de merecer o apoio do executivo para que possam ter sucesso e assim contribuírem, continuamente, para o desenvolvimento do Concelho. Acrescentam dizendo que deve ser comunicado este voto aos executivos referidos.

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que o Clube Escolar do Topo e o Futebol Clube da Calheta continuam a dar mostra do seu potencial dos seus desportistas do voleibol feminino e masculino. É tempo de serem criadas condições para que possam dar o salto. É urgente que a Autarquia e o Governo pensem para o nosso concelho de outra forma em termos desportivos, quero dizer com isto que é urgente em termos de pavilhões desportivos, um no Topo outro na Calheta, não podemos estar dependentes de um pavilhão na Calheta e um pequeno ginásio no Topo. O Topo e a Calheta movimentam mais de duzentos atletas, treinar apenas das cinco e meia da tarde até a um quarto para as onze não é suficiente, pois o pavilhão também é ocupado por outros escalões. Também só poder haver jogos aos sábados, não é suficiente para as equipas que subiram, à Série Açores, necessitam mais tempo de pavilhão e não o podem fazer porque a formação dos juvenis e juniores também têm de treinar. Treinar apenas três vezes por semana, no que respeita aos séniores masculinos e femininos do Topo das vinte e quinze às vinte e duas e quarenta e cinco, não é suficiente para quem tem a ambição de querer continuar na Série Açores.

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade.

O deputado municipal Manuel Gil Ávila leu, uma **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**, a qual diz que considerando a intenção manifestada em período de campanha eleitoral de descer o IMI pelo Grupo de Independentes. Considerando que esta Assembleia Municipal foi informada que para o saneamento financeiro em curso, não permite a redução das taxas máximas e que só em 2016 poderá ser reanalisada essa questão. Considerando a poupança deste executivo e o facto de ter beneficiado dos aumentos sucessivos do IMI que se traduziu num aumento de receita considerável. Considerando que são as pessoas de menores rendimentos as que mais dificuldades sentem. Considerando que é possível requerer a isenção do



pagamento do IMI ao abrigo do artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para agregados familiares com rendimento inferior a 15.295,00€ e cujo valor patrimonial da sua habitação própria seja inferior a 66.500,00€. Considerando que a isenção deve ser requerida até 30 de junho junto da Autoridade Tributária. Terminam dizendo que nos termos do Regulamento Municipal recomendam à Câmara Municipal. 1) Que fosse preparado um modelo de requerimento para facilitar às pessoas, em todas freguesias, por exemplo através das Juntas. 2) Que fosse informada toda a população, onde e como podem tratar para requerer a isenção. 3) Que fosse prestada informação no sentido de simularem a avaliação do imóvel, atento o facto do valor por metro quadrado ter sido alterado que juntamente com a idade do prédio, podarem beneficiar da reavaliação do mesmo sem custos, desde que decorridos o prazo de 3 anos da data da última avaliação e que em muitos casos pode implicar poupanças consideráveis.

O senhor Presidente da Câmara Décio Natálio Almada Pereira, pertencente ao Grupo de Cidadãos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA), deu a boa noite e disse querer agradecer em nome da Câmara Municipal, a disponibilidade da Sociedade União Popular, e por nos terem recebido aqui tão bem, depois acrescentou que todos os que estão aqui presentes na nossa Assembleia sabem e em particular esta questão do IMI, que está nas taxas máximas pelo facto do Município ter uma dívida considerável, e à data em que iniciei como Presidente de Câmara se situava nos sete milhões de euros e portanto o visto do Tribunal de Contas, que deu o seu aval para a contratação do empréstimo para a Câmara poder pagar a sua dívida foi dado com o pressuposto rigoroso que o IMI fosse nas suas taxas máximas, estabelecido pela Assembleia Municipal. Existem trocas de opiniões já feitas e tenho a firme convicção que durante o próximo ano será possível, pois no corrente ano não é possível de toda a Câmara baixar as taxas do IMI. Quanto à questão aqui levantada o modelo de requerimento já existe, está no sítio das Finanças, nós também já temos feito um trabalho da informação daqueles que nos procuram sobre essa questão, informado sobre essa possibilidade. Davo

chamar a atenção que embora o ano passado, e este vai acontecer o mesmo houve um acréscimo do IMI, mas ele não entra na gestão corrente da Câmara vai é para abater e dívida. Também temos a noção e pelo que foi dito aqui, há vários agregados familiares, que vão ter acesso a essa redução do IMI, o que vai implicar para a Câmara novamente uma redução da receita. A finalizar disse que quanto a baixar o IMI, somos todos da mesma opinião e quando for possível estamos cá para tratar disso. _____

O deputado municipal João Sentos disse que um aspeto que sempre fala é o impacto, que isso tem para as famílias e para as empresas, que espera que seja feita alguma coisa para minorar isto. _____

O deputado municipal Paulo Jorge Oliveira Teixeira (P.S.D.), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão disse querer felicitar a população, e as Instituições da freguesia da Ribeira Seca e o Presidente da Junta e o senhor Presidente da Assembleia Municipal por continuar a promover as reuniões da Assembleia pelas freguesias. Em relação ao voto aqui apresentado, uma casa avaliada em sessenta mil euros representa trezentos de IMI. Este assunto já foi aqui levantado muitas vezes, mas só para dois mil e dezasseis, segundo a informação que dispomos será possível baixar as taxas. As pessoas de idade e que vivem de pensões tem dificuldades no acesso a esses documentos, no sítio das Finanças e era bom facilitarem às Juntas essa informação. _____

O deputado municipal Adroaldo António Silva Mendonça, (P.S.), Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno deu a boa noite a todos, deputados e aos presentes, e disse que lhe fez confusão estarem sempre a bater na tecla do IMI, devido à situação da Câmara Municipal e que o PSD sabe muito bem disso. As pessoas vão à Junta eu explico, que não há possibilidade de baixar o IMI, é uma cláusula imposta, e não sei para que se está sempre a falar no IMI. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, que é necessário ter-se atenção ao que as pessoas disseram, nos oito ou dez parágrafos que li, não falei em baixar o IMI. O senhor Presidente da Câmara Municipal já disse, que está na página das Finanças o



modelo de requerimento, o documento existe, mas há muita gente que não tem acesso á internet, e assim as Juntas podiam ajudar a praencher esses papéis. _____

O deputado municipal Duarte Manuel Bettencourt da Silveira (P.S.D.), disse que concorda com o Presidenta da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, não vale a pena bater muito neste assunto do IMI e da dívida que ficou do PSD, e recordar com justiça o trabalho desta Câmara Municipal. As Câmaras sucessivas do PSD, desde o professor Nemésio, José Leovigildo, Aires e eu fizeram divida bastante e fizeram obra bastante e na sua freguesia foram feitas muitas obras, pois ere só terra batida. Esta Câmara Municipal não tem culpa des taxas do IMI pelo menos por enquanto, e por uma razão muito simples, eu entendi que não sairia da Câmara sem ativar o Plano de Saneamento Financeiro, a esse Plano obrigava a várias regas e não só para o IMI, mas que este fosse sempre para a taxa máxima, alguns elementos do PS sempre fizeram um folclore, pois é muito mais fácil a gente ser contra, quando sabemos que a lei o obrigava, mas esse tipo de demagogia nunca me incomodou, mas também não me aliciou. Neste momento não tenho documento nenhum em minha posse que diga, face aos aumantos que ouve do IMI, que é obrigatório a taxa máxima em dois mil e quinze. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. _____

O deputado municipal Paulo Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão leu, uma **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**, a qual diz que considerando que o zonamento previsto no Código do IMI consiste na determinação de zonas homogéneas na área do município, a que se aplicam os diferentes coeficientes de localização, para efeitos de tributação em sede de IMI. Considerando que compete á Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos propor trienalmente até 31 de outubro, o zonamento de cada município e respetivos coeficientes da localização, com base em elementos fornecidos pelos peritos locais e regionais. Considerando que o zonamento e os coeficientes de localização são dos principais alementos na determinação do valor patrimonial tributário de um imóvel e atendendo à conjuntura económico- financeira de crise, é necessário proceder á

revisão dos valores dos coeficientes de localização e percentagens em vigor na área do município, que se considerem extremamente elevados sendo, portanto, urgente iniciar-se o processo de revisão do zonamento do município, para efeitos de redução daqueles coeficientes. Considerando, como é do reconhecimento público, que os serviços do Ministério das Finanças procederam recentemente a uma atualização das avaliações dos imóveis o que agravou brutalmente os valores obtidos, não obstante o tempo difícil de crise que vivemos. Isto é, num tempo em que as propriedades viram baixar o seu valor de mercado e veem aumentar a sua avaliação de forma exagerada. Considerando que o mesmo imóvel pode pagar um montante determinado de IMI, numa localidade e pagar outro valor noutra localidade com a mesma valia de mercado. Considerando que, quem tem uma casa de moradia numa fajã, ainda que titular de poucos recursos, pode pagar muito mais do que um proprietário abastado que tenha 100 prédios rústicos. Considerando que existem, um conjunto de incongruências que urge reclamar em nome de dois princípios fundamentais: a normalização das receitas fiscais e a justiça quanto aos contribuintes. Considerando que a Lei não se afigura justa e que não temos capacidade para a alterar, temos, com certeza, o dever de reclamar quanto ao zonamento definido para o concelho da Calheta, como aliás já foi referido na Assembleia Municipal pelos diferentes grupos municipais. Considerando a proposta de constituição de Comissão, proposta pelo PS e aprovada por unanimidade, em Assembleia de 30 de junho de 2014, para estudo dos coeficientes de localização. Considerando que é injusto que se agrave a vida normal dos cidadãos, empresas e instituições. Considerando que compete à CNAPU atualizar os valores até 31 de outubro do triénio em curso. Terminam dizendo que nos termos do Regimento Municipal recomendam à Câmara Municipal que rapidamente seja empossada a Comissão, atrás mencionada, e disponibilizados os meios necessários para que o Município da Calheta possa apresentar, uma proposta de novo zonamento junto da Autoridade Tributária, dentro do prazo do triénio em curso, com o objetivo de promover a equidade e justiça.

O deputado municipal João Santos disse que na Assembleia Municipal em Santo Antão propuseram que fosse criada uma Comissão para estudar esta



questão, a qual foi aprovada por unanimidade. Ouvi na Comunicação Social que está a decorrer na parte das finanças asse trabalho e que tem de estar concluído, pela parte das finanças até finais de junho. Considero que o zonamento do concelho da Calheta está muito desfasado da realidade, do valor real dos prédios. Neste sentido pergunto se a Câmara está a acompanhar esta situação e também acho muito oportuna, a constituição de uma Comissão para acompanhar. _____

O senhor Presidenta da Câmara Municipal respondeu que o zonamento não vai só trazer coisas positivas, pois ainda existem muitas casas que na orla marítima do concelho da Calheta, não estão sujeitas a imposto municipal, portanto ninguém se iluda com essas questões de zonamento. É óbvio que a Câmara Municipal vai acompanhar esse processo. Nenhum município vive sem receitas, isso é uma moeda da duas caras, quando alguns membros da Assembleia vêm falar repetidamente em tirar taxas, vamos chegar um dia que não temos receita. _____

O deputado municipal João Santos disse que quando fala em rever o zonamento, não é acabar com as taxas. Quando vemos o zonamento das Velas há um desfasamento enorme, lá uma zona pequena é mais cara e o resto é mais baixo, na Calheta é tudo igual. Há necessidade de fazer ajustes, e até pode dar um montante de receita superior, há situações que urge corrigir. Se há casos que não estão a pagar devem pagar acho justo. _____

O deputado municipal Paulo Teixeira, Presidente da Junta da Freguesia de Santo Antão, disse pelo que percabeu, o que está em causa é o dasfasamento. Acho que faz pouco sentido quando os critérios são por exemplo os serviços públicos, ou os transportes públicos, os serviços e a especulação imobiliária, são os três critérios fundamentais para a definição do zonamento do coeficiente de localização. Por exemplo a Fajã de S. João tem um coeficiente superior, em relação à Vila do Topo, ou mesmo ao centro da freguesia de Santo Antão. O que se pretende é que seja revisto isto, para criar critérios de justiça. _____

VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila, laou, um VOTO DE CONGRATULAÇÃO, o qual diz que considerando a concretização da trabalhos no âmbito da empreitada de reabilitação das Vias Municipais afetadas pelas Enxurradas de 2012, para recuperação de caminhos municipais e protação ao curso da água, na Freguesia da Ribeira Seca. Considerando a boa concretização dos trabalhos. Considerando qua o projeto em axecução foi preparado no mandato transato, estando em fase de adjudicação na transição de executivo. Considerando que foi o executivo anterior qua conseguiu negociar o apoio junto do Governo Regional, que permitiu que esta obra fosse financiada a 100%. Terminam dizendo que nos termos do Regimento Municipal propõem a aprovação de um Voto de Congratulação ao executivo do Grupo de Independentes, " Dar Vida ao Concelho" pelo excelente aproveitamento do projeto, na execução da obra e ao executivo anterior, do PSD, por tar conseguido negociar o apoio do Governo Regional e preparado um projeto que não só possibilitou resolver muitos assuntos diretamente afetados pelas enxurdas, como permitiu outras beneficiações colaterais. Acrescentam que o presente voto deve ser comunicado aos executivos referidos.

O deputado municipal António Sousa, Presidente da Junta de Freguasias da Calheta disse ir falar num assunto a qua é pena o Rogério não estar, que quando levantou a questão, e que já foi há muitos meses, foi antes do inverno, sobre a orla marítima, ao pé de Santa Catarina, aquando a construção do Híper, aquela estrada está muito usada, a foi-ma dito que seria a Azorina a fazer. Passou o inverno e até foi dos mais calmos e se não fosse, penso que o parque do Almeida não estava lá ainda. Gostava de ser informado para quando é que a Câmara Municipal toma as devidas providências, para a resolução deste caso.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que esse projeto decorre da cedência de plafond do tempo do Aires. Havendo uma obra já executada, os arranjos na fajã dos Cubres e a segunda é essa. A Câmara Municipal tem feito as devidas diligências junto do Governo e da Azorina, por escrito e na visita do Governo há poucos dias tivemos uma conversa nesse sentido. A Câmara Municipal não tem culpa da obra não ser executada, contudo temos a convicção que vai ser executada a a



curto prazo, já nos foi comunicado por fonte governamental, aliás não é de esperar outra coisa e a obra vai aparecer certamente. _____

O deputado municipal Adroaldo Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno disse ter uma série de assuntos, uns tem a ver com a Câmara outros não. Os caminhos agrícolas estão a precisar de manutenção, estão a precisar de saibre, temos de atender a isso e resolver em colaboração com as entidades competentes. Gostava também de alertar que a estrada do Norte Pequeno que vai da Feiteira para cima até lé cima, perto da Canada dos Toiros, está com falta de marcação, era preciso tratar disso, se a Câmara e a Junta pedissem a colaboração ao Governo, às Obras Públicas para pintarem aquela estrada. Ao pé da casa do senhor Cllmaco tem um muro para cair há um ano, nas Persecas também, temos de ver isto e alertar para estes assuntos. Recebi um papelito qua dizia que o dia um de março o aterro fechava, as passoaas vieram perguntar como ia ser, eu disse para porem o lixo, nos baldes e vai por lá ao pé da porta e depois será o que Deus quiser. Outro assunto Conselho do Governo, há mil e um problemas que deviam ter sido debatidos no Conselho de Ilha e não foram. Temos Presidentes de Junta que estão no Conselho de Ilha, se eu tivesse um problema na minha freguesia não podia me dirigir aos que lá estão, para eles por sua vez porem asse problema, era bom assim. Depois falou num papel que recebeu a dizer que vai ser preciso um terceiro Presidente no Conselho de Ilha, e que gostava de ser esclarecido. _____

O senhor Presidente da Assamblaia Municipal respondeu que a lei para os Conselhos de Ilha foi alterada, e será chamado além dos que já lá astão, mais um representante da Associação de Pescas e mais três Presidentes de Junta, eleitos no total da Ilha. _____

O deputado municipal Adroaldo Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, continuou e a seguir apresentou um prémio de excelência, que a Junta recebeu como freguesia limpa e diz aqui " certifica-se que a Junta de Freguesia do Norte Pequeno foi vencedora da edição de 2014 do concurso de limpeza pública Eco- freguesia limpa", e isto veio com um cheque. A Junta tem tido

O deputado municipal Adroaldo Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno disse que apresentou o diploma por estar orgulhoso de receber o prémio e foi com humildade, e não para ofender nenhum Presidente de Junta. Quanto ao Conselho de Ilha, não quero que fiquemos melindrados o que acha é que temos de tratar tantas coisas que deviam ser feitas, e temos que bater letas e temos que bater lateres todos, quem não aparece esquece, para que as coisas comecem a aparecer e sejam resolvidas. Nesta visita do Governo acho que foram postos muitos ovos nas Velas, precisamos pelo menos uma dúzia de ovos na Calheta. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que concorde com o que disse o Presidente de Junta do Norte Pequeno disse, acha que temos de bater mais os nossos problemas, e por isso os membros do Governo tiveram um dia na Escola da Calheta, para ouvir a população, não só os Presidentes de Junta e toda a gente que fosse lá, não estou a defender o Governo, estou aqui a dizer é que nós quando devemos aparecer temos sempre um problema e acabamos por não ir. _____

O deputado municipal Lizandro Manuel da Silveira Bettencourt, (P.S.), Presidente da Junta de Freguesia do Topo deu a boa noite e disse querer manifestar a sua satisfação, por no Conselho do Governo ter sido aprovado pelo concurso o projeto do porto do Topo, ou melhor a resolução, acho que é uma mais-valia para o concelho e para a Ilha, pois pode ser uma porta de entrada de fluxo turístico, e esperamos que para o ano a obra apareça. _____

O deputado municipal Durvalino Rose Azevedo, pertencente ao Grupo de Cidadãos Independentes da Vida no Concelho (CCALHETA), Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca agradeceu em nome da freguesia de Ribeira Seca à Mesa a iniciativa de se deslocar à sua freguesia, e também à Direção da Sociedade pela calorosa recepção, dos assuntos falados pelo grupo na parte da Eco-freguesia e felicitar o Adroaldo pelo trabalho realizado e também realçar o trabalho que tem sido feito nesta freguesia que é muito vasta. Também foi com espanto que recebeu um email a mencionar que a Ribeira Seca não tinha sido galardoada, mas era um contrassenso pois tinha em anexo uma tabela das galardoadas e a de Ribeira Seca



latitude longitude e até por fotografias como elas estão. A Junta da Calheta o ano passado pegou em todos os pontos que estavam referidos e limpamos tudo, tiramos fotografias e um desses pontos muito interessantes foi o Baixio na zona da Fajã Grande, onde a Câmara também cooperou com o tapete em alcatrão e varias coisas ficou uma obra excelente para aquilo que estava. Mandamos as fotografias para o Ambiente e qual não foi o nosso espanto, quando este ano nos disseram que não tínhamos cumprido o programa, peguei naquilo e simplesmente não fiz a inscrição este ano, não levou uma semana telefonaram de fora veio o Ambiente a pediram por favor têm de concorrer só falta Calhete e o Topo, nós respondemos que tínhamos feito tudo, e que não nos deram o diplome, não levou uma hore tínhamos o diploma, não tínhamos o cheque, mas iam estudar a situação. A Junte da Calheta por razões políticas e por outras não vai receber nunca diploma. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que era apenas uma achega ao que disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, quanto ao Conselho de Ilha. O Conselho de Ilha reuniu e fez uma relação com problemas da Ilha de S Jorge, e à qual os membros do Governo responderam sobre as questões mais tarde. O trabalho de casa foi feito, agora quem não esteve lá é que poderá dizer que nada se fez, mas concordo com o Duarte nós là somos menos que uma formiga, a forma como funciona é uma forma muito complicada, não dá direito a muitas coises. O senhor Secretário foi interpolado para quando o início da Escola Básica e Secundária da Calheta arranjou uma forma subtil de responder, dizendo que o concurso foi várias vezes interrompido, porque os concorrentes detetaram vários erros no projeto e todo este tempo etirou pare o início da obra ser no final do ano. A finalizar congratulou-se com o diploma, que a Junta de Freguesia do Norte Pequeno recebeu. _____

O senhor Presidente de Assembleie Municipal disse que subscreve todas as palavras, que o deputado Manuel Gil Ávila descreveu aqui quanto ao Conselho de Ilha. _____

O deputado municipal Adroaldo Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno disse que apresentou o diploma por estar orgulhoso de receber o prémio e foi com humildade, e não para ofender nenhum Presidente de Junta. Quanto ao Conselho de Ilha, não quero que fiquemos melindrados o que acha é que temos de tratar tantas coisas que deviam ser feitas, e temos que bater latas e temos que bater latas todos, quem não aparece asquace, para que as coisas comecem a aparecer a sejam resolvidas. Nesta visita do Governo acho que foram postos muitos ovos nas Velas, precisamos pelo menos uma dúzia de ovos na Calheta.

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que concorda com o que disse o Presidente da Junta do Norte Pequeno disse, acha que temos de bater mais os nossos problemas, e por isso os membros do Governo tiveram um dia na Escola da Calheta, para ouvir a população, não só os Presidentes de Junta e toda a gente que fosse lá, não estou a defender o Governo, estou aqui a dizer é que nós quando devemos aparecer temos sempre um problema e acabamos por não ir.

O deputado municipal Lizandro Manuel da Silveira Bettencourt, (P.S.), Presidente da Junta de Freguesia do Topo deu a boa noite e disse querer manifestar a sua satisfação, por no Conselho do Govamo ter sido aprovado pôr a concurso o projeto o porto do Topo, ou melhor a resolução, acho que é uma mais-valia para o concelho e para a Ilha, pois pode ser uma porta da entrada de fluxo turístico, e esperamos que para o ano a obra apareça.

O deputado municipal Durvalino Rosa Azevedo, pertencente ao Grupo de Cidadãos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA), Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira Seca agradeceu em nome da freguesia da Ribeira Seca á Mesa a iniciativa de se deslocar a sua freguesia, e também á Direção da Sociedade para calorosa receção, dos assuntos falados pego na parte da Eco- freguesia e felicitar o Adroaldo pelo trabalho realizado e também realçar o trabalho que tem sido feito nesta freguesia que é muito vasta. Também foi com espanto que recebeu um email a mencionar que a Ribeira Seca não tinha sido galardoada, mas ara um contrassenso pois tinha em anexo uma tabela das galardoedas e a da Ribeira Seca



estava lá, mandei um email a dizer qua devia ter sido um arro ortográfico, a a seguir responderam que tinha sido um engano, que a Junta da Ribeira Seca tinha cumprido os parâmetros. Falando nas obras da Ribeira Acima quero congratular o Município pelo trabalho, a Junta também tem colaborado nesta área. Outro assunto que quero também congratular o Município é pela iniciativa que aconteceu há pouco tempo aqui na Casa do Espírito Santo, uma prova de vinhos e vimos com surpresa que foi muito participada, e tirou-se várias dúvidas, vendo como tirar lucro do vinho. O enólogo falou nos apoios para o Pico e que aqui também são possíveis, é só um problema qua o Parque Natural da Ilha, não engloba as Fajãs do Sul, temos de fazer força para se alterar esse Parque Natural, para englobar as fajãs para que saja mais fácil mais possível as pessoas se interessarem mais por esta atividade. Outro assunto relativamente às Fajãs tem a ver com a tão falada e tão aguardada e que esperamos, as classificações das Fajãs, falava-se que se encerrava as masmas e quem fossa para lá ficava assim, acho que não é bem assim, e que seja de atribuir essa classificação, que seja proveitosa para nós para toda a ilha.

O daputado municipal Paulo Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão disse que em relação à visita do Governo seria interessante e importante também a Assemblaia Municipal perceber, conversas com a Câmara o que é que ficou decidido. Em relação à questão que o sanhor Presidente da Junta da Calheta levantou quanto à orla marítima, perguntava ao senhor Presidante e uma vez que o plafond cedido pela Câmara, no âmbito do quadro Comunitário anterior, se isso vai prejudicar ou não a Câmara Municipal neste novo Quadro. Em relação ao porto do Topo eu quero agradecer o facto de me dar razão, não diz que a obra será para o ano, foi isso que eu disse, não fui eu que disse em satembro qua o nosso Plano que é adjudicado ainda este ano de dois mil e catorza, de forma a que toda a tramitação legal e muito demorada numa obra como esta, se possa desenrolar no primeiro semestre do próximo ano, dois mil e quinze isto foi o que disse o senhor Secretário, está no sitio do Governo. O que ele disse agora no Conselho da Ilha respondendo ao memorando que lhe foi apesantado é que o projeto só estaria concluído, no fim de

maio e que a obra talvez arranque-se lá para o fim do ano, acho uma forma muito desagradável de resolver o problema, e não é de inverno que vão arrançar com a obra de certeza absoluta. Nós fizemos, foi alguma pressão e também o Governo costuma anunciar tudo e mais alguma coisa, anunciou isto, mas não anunciou a adjudicação da concessão do projeto de execução, um Governo que adora a propaganda como este, e não anuncia uma obra que está a dar algum chifrim, e a primeira coisa que aparece é agora no ponto nove deste Conselho, mas isto é bom sinal pelo menos há alguma coisa escrita. Temos posto isto em causa com o sentido de defender o conselho de fazer pressão, se isso foi mal interpretado não era essa a intenção. Em relação ao Conselho de Ilha fui a duas visitas do Governo, e fiquei nesta ainda mais frustrado, a primeira saí a pensar que não punha mais os pés no Conselho de Ilha, e como diz o Duarte isto é tudo muito bonito, mas só serve para a mensagem, não estou satisfeito com o funcionamento do Conselho de Ilha e quando não estou satisfeito com a minha prestação sinto-me a mais, fiquei frustrado com a visita do Governo Regional, também ser nas Velas e não na Calheta como tinha sido em dois mil e treze, quando vi a agenda é que percebi o erro, quando vejo a intervenção muito generalista do senhor Presidente da Câmara da Calheta e silêncio absoluto do senhor Presidente Câmara das Velas, que geralmente é o que mais abusa do tempo, optei por não falar. Continuo em reflexão para saber se vou colocar ou o lugar à disposição, penso que o Conselho de Ilha tem de ser revisto, o Governo tomou uma hora e meia, uma hora e três quartos e as intervenções acabam por ser vazias. Havia assuntos que não foram tocados como a sinalização, os riscos no caminho que se perguntou officiosamente se eram definitivos, o Governo nem tocou neste assunto, como outros a desertificação das freguesias mais rurais com o fecho das escolas das cooperativas, das Casas do Povo que vão na volta, nas filarmónicas que toda a gente foge com esta carrada de burocracia que se está a criar.

O deputado municipal João Santos disse querer felicitar a Junta de Freguesia do Norte Pequeno e também as outras, pois é notório nos últimos anos o trabalho que tem sido feito na limpeza. Quanto à visita do Governo também não fiquei muito satisfeito, pois há muitas coisas que são importantes, nomeadamente para o



Concelho e não estão lá, no entanto quero crer que a Escola da Calheta arranque este ano, no caso do Topo está na CROP e é neste mandato que tem de ser feitas, estou convicto que estas duas obras serão feitas, temos de continuar a falar nelas. A obra da Ribeira Seca está bem executada, contudo há aspetos que gostava de colocar, há zonas entre as valetas e os muros que tem de ser revistos, também há pontes antigas que lá estão, que não sei o que está previsto para elas, pois não sei se estão devidamente dimensionadas para o caudal da ribeira e da própria limpeza numa fase de obras.

O senhor Presidente da Câmara disse que em resposta ao Paulo Teixeira quanto ao plafond para a orla marítima, não tem rigorosamente nada a ver com o quadro comunitário que está agora em cima da mesa. As questões levantadas pelo deputado João Santos relativamente á obra, está em fase de conclusão, e estão a ser ultimados esses pormenores. Quanto ás pontes a que está mais preocupante é a do Parque Florestal de S. Jorge, já falamos com o Governo sobre esse assunto, preocupa-nos e muito, as outras pontes não são objeto de alargamento, mas fizemos algumas correções. Chuvadas como aquelas, por mais trabalhos que façamos a natureza é mais forte. Está definido na lei quem deve fazer es limpezas des ribeiras, noutros tempos dos nossos pais e dos nossos avós também era da nossa responsabilidade, a limpeza de uma ribeira não é de um, tem da ser um todo. Também quero registar o empenhamento do senhor Presidente da Junta da Ribeira Seca, para que esses trabalhos vão-se concretizando dentro daquilo que está estipulado.

O deputado municipal Lizando Bettencourt, Presidente da Junta de Freguesia do Topo disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão, que o que disse não ara para o atingir, que só queria era expressar o seu contentamento, que a obra ser este ano ou para o ano é uma questão de meses, o que é certo, é que este Governo já fez mais que os outros.

O deputado municipal Emanuel Duarte Vitorino Fontes, pertencente ao Grupo de Cidadãos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA), pegando ne

questão de marcar os caminhos, e na questão dos Serviços Florístas temos um caminho que não tem qualquer espécie de marcação, que é o que liga a zona do Urzal ao Topo, não tem nem nunca teve, nem um sinal, penso que a Câmara devia interceder junto do Governo para resolver isso. _____

O deputado municipal Paulo Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão, disse que o Plano a Orçamento do Governo tem trezentos mil euros previstos, para a proteção da orla marítima, o Governo veio aqui e faz uma propaganda enorme e que iam ser gastos duzentos e trinta e cinco mil euros na proteção da orla marítima em S. Jorge, a isto é que fez a festa, que estão no plano estão, penso que S. Jorge é que vai ficar prejudicado, é para se ver o que são estas visitas é o que se vende e quem consegue vender melhor, e fez-se uma festa com os duzentos e trinta e cinco mil, quando estavam previstos trezentos mil. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse congratular-se com a Câmara Municipal por ter tapado os buracos na Fajã Grande, mas estão lá dois complicados a seguir á lombaa ao pé da escola e ao pé do campo de futebol. Depois disse que prestou muita atenção ao que o deputado João Santos disse, mas pensa que é urgente o Partido Socialista de S. Jorge e o Governo acabarem de uma vez por todas de falar na Carta das Obras Públicas e no mandato. Estávamos aqui a falar eram coisas que o Governo prometeu para dois mil e catorze e não fez, para dois e quinze e não fez, vai ser para dois mil e dezasseis está na Carta do Governo, foi o Governo que disse que a Escola da Calhata era para começar em dois mil e catorze, depois avançou a das Velas que era para ser a segunda e não vi reação nenhuma do Partido Socialista a isso, o projeto parê ser lançado a concurso em dois mil e treze é o mesmo, chega-se ao final do mandato e a Carta das Obras Públicas há- de ser para o próximo mandato, e continuamos outra vez com Porto do Topo e outras coisas, sou pessimista quando o Governo fala no Porto do Topo, não há projeto, vai ser lançado agora para projeto. Dizer-se que este Governo já fez mais que os outros, senhor Presidente da Junta de Freguesia do Topo com certeza não era nascido nessa altura, mas em mil novecentos setenta e quatro, setenta e cinco e setenta e seis, se calhar



ninguém tinha ficado a viver em S. Jorge, não tínhamos o aeroporto, as escolas, caminhos, ir para o Topo era uma aventura, não tinha hospital. _____

O deputado municipal Lizandro Bettencourt, Presidente da Junta de Freguesia do Topo respondeu que estava a reparar-se era ao Porto do Topo. _____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO

O E SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA:

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a Ordem do Dia. Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Rui Manuel Lemos Rodrigues Silva, do Grupo de Cidadãos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA), informou os valores constantes no Resumo Diário de Tesouraria. A seguir o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse, que é semelhança do que costuma dizer nas outras reuniões, não acha que seja necessário ler o documento remetido aos deputados municipais, ficando à disposição para qualquer pergunta, de qualquer forma não deixa de sublinhar três ou quatro trabalhos, falo do grande trabalho da Junta de Santo Antão, em estreitíssima colaboração com a Câmara Municipal na Fajã de S. João, quer na recuperação de muros quer de calçada, também a obra já aqui falada que está em execução em fase de conclusão das enxurradas da Ribeira Seca, que foi uma estreita colaboração entre a Câmara Municipal e a entidade do Governo que gere esses processos nomeadamente as transferências das verbas, também não deixo de salientar o bom entendimento entre a Câmara e as Juntas das Freguesias, que aliás é recíproco. Dentro em breve vamos também na freguesia da Calheta fazer intervenções no campo de jogos, no Cruzeiro e cemitério municipal. Na freguesia do Norte Pequeno em colaboração com o senhor Presidente da Junta há duas ou três infraestruturas, não só de apoio ao turismo, mas também a requalificação de alguns espaços. Na freguesia do Topo também em colaboração com o senhor Presidente da

Junta vamos continuar o muro que já foi começado, num pequeno alargamento no caminho de acesso à Pontinha. _____

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO COM A FREGUESIA DO TOPO:

O senhor Presidente da Câmara disse que este contrato tem a ver com o balcão de atendimento, que há nessa freguesia e também em Santo Antão e já assinado, é no fundo o contributo que a Câmara Municipal pode dar neste momento, é uma formalidade que tem de ser votada na Assembleia e serve para aprofundar a proximidade, entre a autarquia e as pessoas. _____

O deputado municipal Lizandro Bettencourt, Presidente da Junta de Freguesia do Topo disse que este acordo é bastante importante, pois se não fosse desta forma se calhar não tínhamos possibilidade de ter um balcão de atendimento, se me disserem que é o suficiente se calhar não é, mas o que é certo, é que tem sido colmatado com trabalhos apoiados pela Câmara. A sua bancada vai votar favoravelmente. _____

O senhor Presidente da Assembleia disse que esta votação e as três seguintes seriam em minuta para imediata executabilidade. _____

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. _____

De acordo com as disposições do da alínea k), n.º1.º, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta de contrato interadministrativo entre o Município da Calheta e a Junta de Freguesia do Topo, nos termos resultantes do artigo 131º, em conjugação com os artigos 120.º e 121.º da Lei n.º 75 acima referida, e cujo período de vigência do contrato termina a 31 de Dezembro de 2015. _____

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014: O senhor Presidente da Câmara disse que como todos sabem é um documento relativamente extenso e retrata a atividade do município, nas suas contas. Salaria e não vou insistir pois é público e sabido que e nossa Câmara está em saneamento financeiro, temos uma rigorosa gestão que é diária, não é semanal, de muita contenção. Desde a primeira hora tivemos o cuidado



de insistir e continuamos que é importante que a prudência de todos nós, nos leve a que a Câmara Municipal possa aceder ao próximo quadro comunitário, que nos têm reservado seis milhões e quatrocentos. Não posso deixar de salientar a redução de despesas com o pessoal e com a aquisição de serviços, hoje estamos a pagar a trinta dias aos nossos fornecedores e em alguns casos quase a pronto. Tivemos no último ano noventa e cinco mil euros de redução das transferências do Governo. A nossa dívida a fornecedores baixou bastante. O pagamento da obra da Ribeira Seca tem sido de uma forma muito pontual. O nosso trabalho é para que num período que está mais ou menos formalizado de mais cinco ou seis anos viveremos numa situação de maior conforto. Já fiz um apelo e volto a fazer algumas coisas que tenhamos a tentação de trazer a esta casa, como a redução de algumas coisas, tem de ser feito de uma forma sempre ponderada, pois não há pagamentos de dívidas sem receitas. As contas da Câmara foram por imposições legais retificadas por um Revisor Oficial de Contas, há coisas que é preciso corrigir e estamos a tratar disso. A seguir leu um frase do documento” as dotações financeiras incluídas na conta, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do município em trinta e um de dezembro de dois mil e catorze”.

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse, que é um documento muito extenso e o parecer do Revisor Oficial de Contas, que é um técnico, principalmente o último parágrafo, logicamente vão votar favoravelmente.

O deputado municipal João Santos disse que esta prestação de contas revela o que a Câmara Municipal fez e as suas opções, que não são as da sua bancada, no entanto há aspetos que considera muito positivos, e que vem de encontro ao que o P.S. defendeu durante vários anos, nomeadamente a redução da Vereação e do Staff, combustíveis, comunicações, há uma redução de custos que considera importantes e que não vão inviabilizar esta prestação de contas.

O deputado municipal Paulo Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão perguntou porque há duas filarmónicas que não receberam subsídios,

e que pensa que quando se aprovou o orçamento estavam previstos quinhentos euros para cada uma, previa para sete. _____

O senhor Presidente da Câmara respondeu que não tem isso presente, mas crê que foi atribuído a todas. _____

O deputado municipal Duarte Silveira disse que é somente uma hipótese, que as filarmónicas que não estão aí consideradas se receberam em dois mil e quinze, só aparece nas contas do próximo ano. Queria dar os parabéns à Câmara por ter uma série de gráficos, que dão outra elucidação. _____

VOTAÇÃO: Aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo sete votos da bancada dos Independentes dar Vida ao Concelho (CCALHETA), seis votos da bancada do Partido Social Democrata-PPD/PSD, um do deputado municipal do Partido Socialista P.S. Adroaldo António Silva Mendonça, Presidente da Junta da Freguesia do Norte Pequeno e um do deputado municipal do Partido Socialista P.S. Lizandro Manuel da Silveira Bettencourt, Presidente da Junta de Freguesia do Topo e quatro abstenções da bancada do Partido Socialista-PS. _____

De acordo com as disposições do art.º 27.º n.º 2, a da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta do executivo municipal, sobre os Relatórios e Contas da dois mil e catorze. _____

Os documentos referidos ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro, conforme Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois de vinte um de novembro de mil e novecentos sessenta e três e Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro de oitenta e dois de dezanova de agosto. _____

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP's: O senhor Presidente da Câmara disse que aqui vai caber uma explicação para falar no novo quadro comunitário, e que esta revisão inclui rubricas que já estão abertas ou que se podem abrir e com o saldo da gerência anterior, mas o mais importante aqui é o documento que está à disposição de todos e acho devem lê-lo com bastante cuidado, que é o programa operacional "Açores 2014-2020" e o plafond para a Câmara é de € 6.427.164,02, para o novo quadro comunitário, agora há regras diferentes, está



dividido em diferentes eixos, os municípios tem de ter sempre 15% do investimento, o investimento está dividido em anos e se não investirmos o valor referente a um ano, automaticamente esse valor passa para outro município, e não para o ano seguinte. Também existe outra regra é o Governo que abre os eixos e neste momento os eixos que estão abertos é o eixo cinco, que é alterações climáticas e gestão e prevenção de riscos e o eixo seis, que tem a ver com ambiental e eficiência dos recursos. Por isso abrimos três novas Gop's e estão distribuídos por elas o valor de 918.000 € e está dividido em três grupos, o primeiro tem a ver com a ampliação e reparação de trilhos pedestres, o segundo tem a ver com contenção e intervenção dos riscos em áreas sensíveis, isso pode ser por exemplo para intervenção nos nossos caminhos às fajãs, e o outro tem a ver com criação e classificação dos espaços verdes urbanos. Acabou ficando a disposição para alguma questão. _____

O deputado municipal João Santos disse que quanto á distribuição e à necessidade de aprovar os fundos comunitários, estão de acordo com o senhor Presidente. Quanto à recolha seletiva dos resíduos acha que cabe nestes eixos, depois perguntou o que a Câmara pretende fazer concretamente. _____

O senhor Presidente da Câmara respondeu que só agora há pouco é que souberam quais os eixos a que tinham acesso. Nas próximas reuniões da Câmara Municipal serão discutidas quais serão as prioridades, sendo uma delas na área dos resíduos, como um novo carro para o lixo e da equipamentos associados a isso. É óbvio que neste primeiro ano há aqui uma tendência para ser muito vocacionado para questões ambientais, para questões de proteção dos riscos, que podem ser aproveitados para as nossas fajãs, para a classificação do património e coisas assim. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que quanto às modificações propostas pela Câmara aos documentos em discussão concordam plenamente, mas o que lhe faz impressão é a forma como o Governo arranjou agora com este novo quadro comunitário, ou seja entre asparas voltamos um pouco aos ex-distritos, o Faial mandava no Pico, Flores e Corvo, a Terceira em S. Jorge e Graciosa

e S. Miguel em Santa Maria, e agora passou o Governo a mandar nas ilhas todas, ou seja nas Câmaras Municipais, e isso faz-me impressão porque esses eixos são aproveitáveis, mas podiam haver outros eixos prioritários, porque a Câmara já podia ter alguma coisa já feita e não concorre-se a esses e concorre-se a outro aixo. Não sei se a Associação de Municípios reuniu para decidir sobre esses dois eixos, ainda é mais preocupante se assim é, porque esse dinheiro não é do Governo, acho que as Câmaras Municipais têm de se juntar e dizerem onde é que querem investir. _____

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. _____

De acordo com as disposições da alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar: _____

A 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, Despesa do ano 2015, no montante de € 468.724,72 (quatrocentos sessenta e oito mil setecentos vinte e quatro euros setenta e dois cêntimos). _____

A 1.ª Revisão das GOP's (Grandes Opções do Plano), no montante de € 178.237,69 (cento setenta e oito mil duzentos trinta e sete euros sessenta e nove cêntimos). _____

REGULAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPIAL DE TRÂNSITO: O senhor Presidente da Câmara disse, que este ponto é a formalização de uma comissão, e de um instrumento que servirá para um grupo de pessoas ou entidades que se juntam em torno de ideias ou sugestões que tem a ver com trânsito no Município. Existem objetivamente muitos assuntos para resolver neste âmbito, mas também há que haver um critério muito elevado, nas situações que possam surgir, pois envolvem custos muito significativos. É um Regulamento que é feito com base na lei e que visa formalizar em definitivo a Comissão Municipal de Trânsito. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que tinha uma dúvida na redação do artigo quinto onde diz " um representante da Escola de Condução Dinarte", eu penso que ficaria mais correto " um representante de cada escola de condução sediada no concelho da Calheta". Outro aspeto é que o nosso Presidente de Junta da Calheta já levantou várias vezes é que nesta Comissão devia haver um



Presidente de Junta de cada freguesia, pois eles nas suas freguesias é que sabem o que é necessário, era uma sugestão qua fazlamos. _____

A deputada municipal Nélia Maria Frutuoso Bettencourt Medeiros, P.S., dau a boa noite e perguntou qual foi o critério da escolha das três entidades particulares, e porque não também um representante da Assembleia Municipal e um Técnico de Viação, fazia todo o sentido, também fizeram parte desta Comissão. _____

O senhor Presidente da Câmara disse que pelo que está disposto na lei, cabe ao Presidente da Câmara propor a composição do que está aqui em causa. Quanto aos senhores Presidentes de Junta pessoalmente não tenho qualquer oposição a esse assunto, mas também sou de opinião que essas comissões não devem ter assim um granda número de elamentos, porque depois são muitas pessoas, depois não há disponibilidade e os assuntos acabam por não ser tratados em tempo útil. É um grupo que atua junto da Câmara, que atua como alvo indicativo não de obrigação, não impõe só propõe, o que está aqui em causa é ter um grupo que funcione. No que toca ao Técnico de Viação, será o senhor Travanca que integrará aqui a comissão. _____

O deputado municipal Duarte Silveira disse que de facto a quantidade no número de elementos se calhar é mais difícil em reunir-se, pois não está aqui em causa senhas de presença. Há uma coisa que ainda não cheguei a entender é para que é um representante de uma escola de condução. Eu julgo que anteriormente tinha mais a ver com a sensibilidade específica da pessoa Dinarte, não vejo muita lógica numa escola de condução. Dapois há outra coisa aqui é nomeado um elemento da esquadra da Policia de Segurança Pública, ora também podia-se colocar a GNR, acho que não se perdie nada. _____

O deputado municipal António Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Calheta disse que esta composição concerteza foi pansada, e sendo Presidente da Junta de Freguesia da Calheta, e esta freguesia ser muito complicada a nível trânsito, concordo e não concordo a cinquenta por cento com esta comissão, acho que os Presidentes de Junta deviam fazer parte, quando houvesse assuntos para discutir da

sua freguesia, o chefe da PSP acho bem, mas não o estou a ver em assuntos do Norte Pequeno saber onde fica a Canada A ou A canada B, acho que se devia acrescentar ou um representante. O Delegado da Secretaria de Turismo acho que vai pelo mesmo ponto do chefe da esquadra, também devia ser ou um seu representante. O representante do grupo empresarial de S. Jorge não sou contra, mas acho que se devia acrescentar com residência no concelho, assim como da Associação de Táxis, também acho que devia ter um representante da Assembleia Municipal, para representar a gente. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que concorda com o dito pelo Presidente da Junta da Calheta, o Rumo á Natureza devia ser substituído por representante dos transportes públicos. Não percebi bem porque o grupo empresarial está aqui. _____

O senhor Presidente da Câmara disse que o Regulamento está a discussão, mas volta a insistir embora a questão dos Presidentes de Junta podemos estar todos de acordo, mas muita gente depois é complicada a reunião. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que acha os Presidentes das Juntas muito importante, e que o Presidente da Assembleia Municipal devia representar a Assembleia, ou um seu substituto da Mesa. _____

O deputado municipal Adroaldo Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, é de opinião de que os assuntos de uma freguesia fossem tratados com esse Presidente, e o Presidente da Junta que faz parte da Comissão, os colocasse então na Comissão. _____

O deputado municipal António Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Calheta disse que o Adroaldo tem razão, se a agenda da reunião for atempadamente disponibilizada. _____

O senhor Presidente da Assembleia disse que neste caso os Presidentes da Junta fazia mais sentido serem convocados sobre os locais onde iriam ser discutidos os assuntos, com uma agenda prévia. _____

A deputada municipal Nélia Medeiros disse que concorda e era isso que ia sugerir, que se recebesse atempadamente a ordem de trabalhos para esse fim, e



que o Presidente da Junta onde haviam assuntos a tratar os espouse-se ao que está representado nesta comissão. O senhor Presidente não me chegou a responder, qual o critério utilizado para escolher estas três empresas e não outras, não vejo grande sentido aqui a empresa Rumo à Natureza. _____

O senhor Presidente da Câmara respondeu que o critério é que está o nome e não é necessário, e parece-me pertinente estarem cá pois andam com crianças como já foi falado, os táxis também já foi falado, o caso da escola assentou por causa da pessoa em causa, este Regulamento está em aberto, acho que o que nos interessa a todos é termos um grupo de pessoas capazes de ter o tal critério de sensibilidade e serem racionais, e não chagarem à Câmara com quaranta ou cinquenta propostas, que podem implicar um custo financeiro elevado, têm de saber o que é prioritário. _____

O deputado municipal João Santos disse que devia de haver uma solução razoável, que era a comissão fazia o trabalho e antes de estar finalizado convocava uma reunião com todos os Presidentes da Junta, ou seja só haveria uma reunião, e então depois é que seria decidido. _____

O deputado municipal Duarte Silveira disse que julga que a referência e a integração da empresa Rumo à Natureza, para já é uma empresa de transportes públicos, e tem a ver talvez com as dimensões dos veículos, isso por vezes tem influência na alteração do trânsito, como aconteceu ali na Relvinha junto à bomba, que depois de estar tudo pronto tiveram de alterar, pois um porte contentores grande não podia manobrar da saída da estrada do Norte Pequeno para a Calheta, e tive de ser tudo desmanchado a fazer de novo, mas isso também se resolve com a sensibilidade das pessoas, chamando quem entende e ouvindo as pessoas. _____

O deputado municipal Manuel Gil Ávila disse que estamos aqui a falar de duas reuniões por ano normais, se nós vamos começar e criar mais com Presidentes de Junta e depois ir para outra reunião, penso que aí não se chaga a nada, a minha preocupação nesta questão é exatamente a mesma do princípio, os cinco Presidentes de Junta e o Presidente da Assembleia Municipal a estava resolvido, pois estar-se a

fazer essas reuniões para depois se chegar lá é muito complicado. Quando o senhor Presidente da Câmara disse que o representante da Associação dos Táxis de S. Jorge deverá ser do concelho, mas acho que isso deverá ficar escrito no Regulamento, assim como o Delegado da Secretaria Regional do Turismo e Transportes de S. Jorge, devia ter ou seu representante. _____

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse para se fazer a análise e a unanimidade ou não, ponto a ponto do artigo quinto e depois se veriam os pontos a alterar. Todos concordaram que se deve manter o Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, O Chefe Principal da esquadra da Polícia de Segurança Pública da Calheta ficaria ou o seu representante, também no Comandante dos Bombeiros Voluntários da Calheta ficaria ou o seu representante. O delegado da Secretaria Regional do Turismo e Transportes de S. Jorge, acrescentar-se ou seu representante. Depois o representante do Grupo empresarial da Ilha de S. Jorge, Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, ficaria com residência no concelho. Também ficaria um representante das escolas de condução sediadas no concelho. O representante da Associação de Táxis ficaria com praça no concelho. Um representante da empresa de transportes Rumo à Natureza ficaria um representante das empresas de transportes coletivos. Agora temos as alíneas a acrescentar os Presidentes das Juntas de Freguesia e o Presidente da Assembleia Municipal. _____

O deputado municipal Duarte Silveira disse que só há um contrassenso, que é o facto do Presidente da Assembleia Municipal não ser o Presidente da Comissão, pois o artigo sexto diz quem é o Presidente da Comissão, se não é para o da Assembleia estar presente tudo bem, agora se é não faz sentido outro é que ser o Presidente. _____

O senhor Presidente da Câmara disse que está ne sua competência nomear, e que o senhor Presidente da Assembleia vai em representação da Assembleia. _____

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. _____



De acordo com as disposições da alínea g) nº 1, do artigo 25.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito. _____

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO:

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que gostava de fazer uma sugestão e que não sabe se é possível, se nas seguintes reuniões alterar um pouco a Ordem de Trabalhos, pois não é fácil trazer pessoas à Assembleia Municipal, pois penso que quando vêm à Assembleia Municipal aquilo que realmente lhes interessa são os assuntos antes da Ordem de Trabalhos, porque os votos que se apresentam não sei se faria sentido passá-los para o fim, pois não é o assunto mais apelativo da reunião, é só uma sugestão. _____

O deputado municipal Duarte Silveira disse que julga que estas reuniões em freguesias diferentes são importantes, mas e também fazer-se qualquer coisa, o que interessa as pessoas de cá é que lhes diga alguma coisa, e parece-lhe que nunca se pensou, ou seja veio – se hoje com o Relatório de Contas, na minha opinião é um assunto para ser discutido lá em baixo no Salão Nobre, porque às pessoas da Ribeira Seca não lhes interessa. Se houvesse possibilidades sempre que se marcasse reunião para uma freguesia concentrar assuntos daquela freguesia, isso era o ideal e interessava às pessoas, pois assim corre-se o risco das pessoas se desaperceberem. _____

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o deputado Duarte tem toda a razão e que concorda, no entanto esta reunião foi marcada com esse intuito contudo acabou por ser desta forma, era intenção trazer assuntos mais concretos da freguesia, mas houve atrasos em certas questões, e por tal não foi possível fazer mais dedicado à freguesia. Não sei se poderá em todas as que se realizarem fora da Sede do Concelho trazer assuntos dessa freguesia, mas tentaremos. _____

O deputado municipal Emanuel Fontes disse que era só uma sugestão, a Câmara nos apoios que dá ás filarmónicas podia dar os mesmos no dia da feste de Santa Catarina, assim podia ser que fossem todas à festa. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções. _____

O senhor Presidente da Assembleia disse querer agradecer, ne pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, senhor Durvalino Azevedo, também a todos os Ribeira Sequences, por nos ter recebido e foi uma honra fazer esta reunião da Assembleia Municipal, equi nesta freguesia e neste local nesta excelente Sociedade Filarmónica. Nada mais havendo a tratar, o mesmo declarou encerrada a sessão, eram vinte e três horas trinta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou e presente ata, que irá ser remetida aos deputedos municipais, com a Ordem de Trabelhos para e próxima Sessão Ordinária, onde será epreciada e depois de aprovada vai ser assinada, pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim, que secretariei esta sessão pública. _____



